

**UM ENSAIO SOBRE OS IMIGRANTES AFRICANOS NO BRASIL, ORIGEM E  
DESTINO: ANÁLISE DOS DADOS DA DIVISÃO DE CADASTRO E  
REGISTROS DE ESTRANGEIROS  
DICRE DA POLÍCIA FEDERAL 2000 – 2015<sup>1</sup>**

**Cássio F. Lima**

Doutorando do Programa de Pós- Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial e bolsista - FAPEMIG

**Filipe Rezende**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial e bolsista - CNPQ

---

<sup>1</sup> Trabalho submetido ao Seminário “Migrações Internacionais, Refúgio e Políticas”, a ser realizado no dia 12 de abril de 2016, no Memorial da América Latina, São Paulo.

**Um ensaio sobre os imigrantes africanos no Brasil, origem e destino: análise dos dados da divisão de cadastro e registros de estrangeiros  
Dicre da Polícia Federal 2000 – 2015**

## **Introdução**

O presente artigo irá abordar um estudo sobre os imigrantes estrangeiros no Brasil, por meio da base de dados da Divisão de Cadastro e Registros de Estrangeiros – DICRE da Polícia Federal no período de 2000 a 2014. Essas informações são de extrema importância, pois nos dá uma dimensão de como esse contingente populacional se encontra distribuído no território nacional e principalmente quais seriam os municípios de entrada e de residência desses estrangeiros.

Num primeiro momento o trabalho destinou a uma discussão sobre Migração, palco de várias discussões e polêmicas entre os estudiosos na área, principalmente se o que está acontecendo é um processo migratório ou não. Longe de chegar a uma verdade absoluta, essa parte visa mostrar a diversidade desse estudo, de acordo, inclusive, com algumas áreas de conhecimento.

No aspecto metodológico foi verticalizado todo o trabalho necessário para filtrar as informações do banco de dados da Polícia Federal, que por apresentar a necessidade de algumas correções, foi destinado um bom tempo para tornar a base com uma margem de erro mínima para não comprometer os resultados que aqui serão divulgados. Esses resultados serão apresentados num primeiro momento na contextualização da migração, mostrando a distribuição do total de imigrantes estrangeiros, acompanhado pelos países que apresentaram um maior destaque como Bolívia, EUA, Argentina, China e Portugal, enfatizando os dois países que fazem fronteira com o Brasil. Em seguida iremos voltar à atenção para a distribuição dos haitianos, senegaleses e ganeses, por uma situação cada vez mais comum no território nacional. Por fim a abordagem dos fluxos desses imigrantes pelos municípios fronteiriças com relação à sua residência, para dar a verdadeira dimensão espacial de como está sendo realizada a distribuição e se são semelhantes com relação à origem e destino.

## **Metodologia**

Os dados trabalhados são referentes à Divisão de Cadastro e Registros de Estrangeiros – DICRE da Polícia Federal. Esses contém um banco de informações com

805.071 registros, separados pelas variáveis: Classificação, em que foram discriminados em: Asilado, Fronteiriças, Permanente, Temporário e Provisório; Sexo; País de Nascimento; Estado Civil; Profissão; Município de Residência; Unidade de Federação por Residência; Amparo Legal, dividido em 255; Unidade de Federação de Entrada; Meio de Transporte; Cidade de Nascimento; Código do Órgão; Idade; Mês do Registro e Ano do Registro no período de 2000 a 2015.

Apesar dos dados possuírem uma diversidade muito grande de variáveis na tentativa de detalhar o imigrante estrangeiro, algumas apresentaram codificações e nomenclaturas não precisas, o que dificultou bastante à análise das informações e uma margem de erro de aproximadamente 2,7% para mais ou para menos. As informações não precisas dizem respeito ao “Município de Residência” em que aparecem números que não condizem com os códigos de município do Brasil e o mesmo município aparece várias vezes com nomenclaturas diferentes, a exemplo de Porto Velho, que é representado de diversas formas como “1PORTOVELHO41” ou “1PORTOVELHO42” e assim por diante. Além disso, foi também constatado que algumas UFs não condizem com os municípios, ou seja, temos o mesmo município com UFs diferentes. Diante de tais desafios tornaram-se necessárias algumas medidas para reduzir essa margem de erro e aproveitar o máximo possível às informações disponibilizadas pela Polícia Federal.

O primeiro passo foi realizar uma filtragem das informações, buscando os erros e os separando do restante do banco de dados. Feito isso os registros que antes eram de 805.071 caiu para aproximadamente 784.000, uma perda de 2,7% das informações. Em seguida foi feita uma tentativa de buscar os códigos numéricos referentes aos municípios no próprio banco de dados e ao encontra-los foi realizado uma codificação de acordo com os das malhas digitais em formato Shape, disponíveis no sítio do IBGE, o que iria facilitar futuramente a espacialização das mesmas. Num segundo momento foi rodada uma frequência no software SAS (Statistical Analysis System) 9.3 para realizar uma conferência das informações, e foram recuperados 792.000 registros reduzindo a margem de erro para 1,7%.

Com o banco de dados ajustado, fidelizando ainda mais as informações, partiu-se para a espacialização, em que alguns critérios foram estabelecidos. No mapa referente ao “Número de Imigrantes Estrangeiros” foram considerados os 107 países com maior expressão de imigrantes, com a Bolívia, liderando com 96.223, acompanhada por Estados Unidos, Argentina, China, Portugal e ficando em último lugar, com um contingente de 106, Omã. Já numa análise mais avançada do banco de dados ajustado, foram realizados

mapeamentos dos imigrantes nascidos no exterior com registro ativo na Polícia Federal, por município de residência no Brasil em 2014. Foi possível espacializar o contingente populacional de imigrantes residentes em 275 municípios brasileiros, dando destaque para São Paulo e Rio de Janeiro com 240.262 e 109.965 respectivamente. Diante de tais informações foram criados mapas com a distribuição dos imigrantes nascidos nos países que se destacaram, já citados anteriormente, incluído o Haiti.

Após analisar a distribuição dos estrangeiros no Brasil, o foco foi mostrar os fluxos dos Haitianos, Senegaleses e Ganeses, que apresentam um maior destaque nos estudos de migrações estrangeiras, principalmente por municípios fronteiristas, como Tabatinga (AM), Brasília (AC), Pacaraima (RR) e Oiapoque (AP).

A seguir iremos abordar uma síntese sobre os conceitos de Migração, que são sempre polemizados entre os estudiosos das mais diversas áreas e em seguida alguns resultados serão apresentados, dissecando o banco de dados de registros de estrangeiros da Polícia Federal.

Os dados continuam em processo de reparo, na tentativa de recuperação no máximo possível dos registros de Município de Residência, para que futuros trabalhos sejam publicados com o menor índice de erro possível.

### **Aspectos teóricos sobre migração**

A migração é um fenômeno que ocorre há muito tempo, contudo foi somente em 1885 que se observou o primeiro trabalho, aprofundado, sobre o que leva as pessoas a migrarem. O alemão Ernst Georg Ravenstein, em 1885, de posse dos resultados censitários de 1871 e 1881 da Inglaterra, Escócia e Irlanda, formulou as **Leis da Migração**. Em princípio, Ravenstein (1980) identificou quatro tipos de migrantes:

- a) O migrante local, no qual “é aquele cujo deslocamento limita-se de uma a outra parte da mesma cidade”;
- b) O migrante de curta distância, que somente se desloca para cidades fronteiriças;
- c) O migrante por etapas, no qual é aquele que, por exemplo, busca emprego de cidade em cidade e;
- d) O migrante temporário, constituído da população flutuante, por exemplo, “estrangeiros temporários, boias-frias, migração por obrigação, como nas forças armadas e cidades universitárias” (p. 43, 44-45).

A partir dessas formulações foram elaboradas sete leis para a migração, são elas:

- a) Grande parte dos migrantes se desloca a curta distância (migração local);
- b) O processo de absorção ocorre, quando uma cidade cresce e atrai migrante. Os vazios deixados na origem são preenchidos por migrantes de outras áreas mais distantes, que mais cedo ou mais tarde também irão migrar para a cidade em crescimento, (migração por etapa);
- c) O processo de dispersão é o inverso do de absorção e apresenta características semelhantes;
- d) Cada corrente migratória principal produz uma corrente inversa compensatória;
- e) As pessoas que migram a longas distâncias se dirigem, preferencialmente, para grandes centros comerciais ou industriais;
- f) Os naturais das cidades migram menos do que os naturais das áreas rurais de um país; e
- g) As mulheres migram mais do que os homens (RAVENSTEIN, 1980, p. 57).

Contudo, esse estudo foi duramente criticado, mas foi uma importante contribuição para o início dos estudos sobre migração.

Em seguida, somente em 1962, ou seja, 77 anos depois de Ravenstein, Sjaastad elaborou um estudo sobre **Os custos e retorno da Migração**. Nesse pretendeu-se “determinar os retornos advindos do investimento migratório e não apenas relacionar as taxas migratórias ao diferencial de renda prevalente” (SAASTAD, 1980, p. 121). Então, quando se aumenta a renda diminui-se a saída de migrantes e aumenta a entrada, principalmente da população economicamente ativa jovem (SJAASTAD, 1980, p. 124). Existem, em conformidade com Saastad (1980), dois tipos de custos da migração, os monetários e os não-monetários. Os monetários dizem respeito ao quanto um migrante dispõe para migrar, isto é, o valor da: distância entre origem e destino; o número de dependentes; alimentação; moradia e o transporte (SJAASTAD, 1980, p. 127). Já os não-monetários são os custos de oportunidades, por exemplo, remuneração, duração e aprendizagem e os custos psicológicos, no caso a família e os amigos (p. 128-129). Logo, é necessário equalizar os retornos monetários e os não-monetários. Para os retornos monetários temos maiores e mais variadas possibilidades de ocupação, educação e investimento em capital humano. Enquanto nos retornos não-monetários têm-se o deslocamento para locais de suas preferência. Portanto, o indivíduo que quer migrar deve balancear os custos e retornos da migração.

Posteriormente, em 1966, Everestt Lee produziu um trabalho sobre a teoria da migração, ou simplesmente a teoria do Push – Pull. O trabalho de Lee intitulado “**Uma teoria sobre a Migração**” tenta desenvolver uma estrutura geral para posicionar os movimentos espaciais em certa “quantidade de conclusões com respeito ao volume das

migrações, o desenvolvimento das correntes e contra correntes e as características dos migrantes” (LEE, 1980, p. 99). Em vista de ser difícil identificar os exatos fatores que move as pessoas a migrarem, ou o contrário, Lee (1980) evidência que “geralmente só é possível expor alguns que parecem ser de especial importância” (p. 100). São eles: os fatores relacionados ao local de origem, os fatores associados ao local de destino, os obstáculos intervenientes e os pessoais. No entanto, “alguns fatores afetam a maioria das pessoas praticamente da mesma maneira, enquanto que outros afetam pessoas distintas de maneiras diferentes” (LEE, 1980, p. 100).

Em seguida, em 1969, Todaro criou um modelo de migração, seu trabalho voltou-se para migração em países subdesenvolvidos. Seus objetivos eram “formular um modelo econômico de comportamento da migração rural – urbano” (TODARO, 1980, p. 152) e de forma probabilística, “concernentes aos determinantes da demanda e da oferta de mão-de-obra urbana” (TODARO, 1980, p. 152). Segundo Todaro (1980) a migração, então, ocorre em dois estágios, o primeiro é o migrante, advindo do setor rural que chega ao meio urbano, no qual, geralmente, não qualificado e com isso ele irá inserir-se no mercado de trabalho urbano tradicional (empregos ocasionais, bicos, subemprego e serviços informais) (p. 153). Com o passar do tempo, o migrante tende a encontrar um emprego no setor urbano moderno, isto é, na indústria. Aliado a isso, Todaro (1980) elencou quatro pressupostos para a migração: a) o diferencial entre as rendas no meio rural e urbano; b) um planejamento igual para todos os trabalhadores migrantes; c) os custos, fixos, da migração são iguais para todos os trabalhadores; e d) o fator de desconto também é igual para todos (p. 157).

Adiante, em 1971, o geógrafo Zelinsky relacionou a Transição Demográfica com a migração e formulou a **Transição da Mobilidade**. A Transição Demográfica, segundo Zelinsky (1971), tem início, com a anulação dos altos níveis de mortalidade por altos níveis fecundidade e assim entrando em equilíbrio (p. 219). Contudo, com o aumento de alguns limiares de desenvolvimento socioeconômico existe uma baixa na fecundidade, mas que coincide com uma baixa na mortalidade (ZELINSKY, 1971, p. 219). Zelinsky parte de quatro hipóteses para confirmar a Transição da Mobilidade. A primeira é a limitação, física e social, para a migração, no qual as comunidades com altas taxas de modernização tendem a ter altas taxas de movimento. Como a Transição da Mobilidade segue de perto a Transição Demográfica existe uma mudança na frequência, duração, periodicidade, distância, rotas e categorias de migrantes na origem e no destino (ZELINSKY, 1971, p. 222). E assim, encontra-se uma mudança na intensidade e movimento da informação que

exerce força na opção do migrante em relação à mudança de residência (ZELINSKY, 1971, p. 222). A partir disso, ele formulou sua teoria em cinco fases. Na primeira fase existe pouca migração residencial (**a sociedade tradicional pré-moderna**), na segunda ocorre um grande volume de migração rural – urbano (**a sociedade de transição precoce**), na terceira intercorre uma desaceleração da migração, mas ainda significativa do rural para o urbano (**a sociedade de transição tardia**), na quarta a migração se estabiliza, particularmente, pela diminuição da migração rural – urbano, entretanto há uma intensa migração cidade – cidade (**a sociedade avançada**), por fim, na quinta fase existirá um declínio da migração residencial com o predomínio da migração interurbana e intra-urbana (**um futuro da sociedade super avançada**) e um maior “controle político tanto da mobilidade interna como externa de migrantes” (ZELINSKY, 1971, p. 230).

Por fim, nesta retrospectiva, temos Singer, em 1976, que ponderou sobre as migrações internas dos países e relacionou a migração ao capitalismo. De acordo com Singer (1980):

[...] o processo de industrialização, implica numa ampla transferência de atividades (e, portanto de pessoas) do campo para as cidades. Mas, nos moldes capitalistas, tal transferência tende a se dar a favor de apenas algumas regiões em cada país, esvaziando as demais (p. 222).

Singer estabeleceu dois fatores de expulsão que levam a migração: os de mudança e os de estagnação. O de estagnação se manifesta, por meio da pressão populacional na disponibilidade de áreas cultiváveis já o de mudança é a expulsão de agregados e parceiro que leva ao aumento da produtividade do trabalhador (SINGER, 1980, p. 223-224). Ou seja, é simplesmente a expulsão de pessoas do campo para trabalhar na cidade, onde ela necessita dessa força de trabalho. Ainda, o autor coloca que o mais importante fator de atração é a demanda por trabalho, basicamente pela indústria e o comércio e os serviços (SINGER, 1980, p. 226), tanto públicos como privados. Assim sendo, os principais obstáculos para migrar são: qualificação, bagagem cultural e insuficiência de recursos, no destino (SINGER, 1980, p. 226). Não obstante, esses migrantes que chegam à cidade, geralmente não se inserem de forma integral na economia urbana e “[...] reproduzem na cidade certos traços da economia de subsistência sob a forma de atividades autônomas, geralmente serviços como: ambulantes, carregadores, serviços de reparação, etc” (SINGER, 1980, p. 231; TODARO, 1980, p. 153).

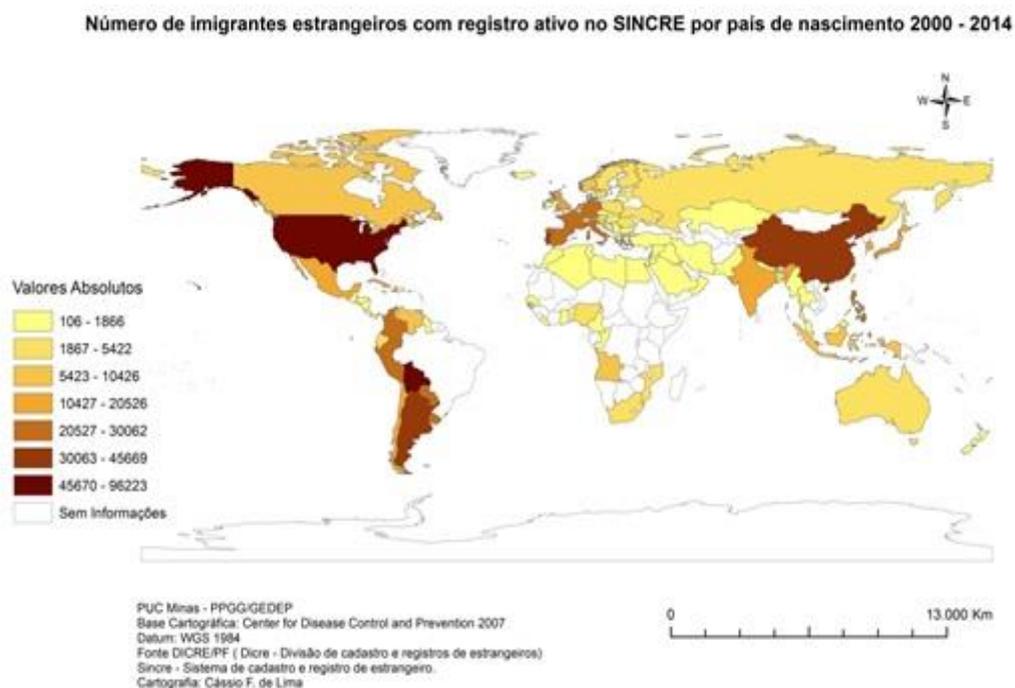
Esses são os clássicos da migração, todavia hoje existem algumas tendências relacionadas à migração que não se pode deixar de pontuar, ou seja, os fatores

demográficos focados na questão etária, os fatores ambientais, a migração fronteiriça e as feitas por meio de pedido de refugio.

### A distribuição de estrangeiros no Brasil: alguns resultados preliminares

Após a discussão sobre os aspectos teóricos da Migração, alguns resultados serão apresentados, levando em consideração a distribuição dos estrangeiros no Brasil. Primeiramente não foi discriminada a classificação desses estrangeiros, mas sim como eles estão espacializados no território nacional, nos dando uma orientação para os estudos migratórios (mapa 1).

**MAPA 1** – Número de imigrantes estrangeiros com registro ativo no SINCRE por país de nascimento 200-2014



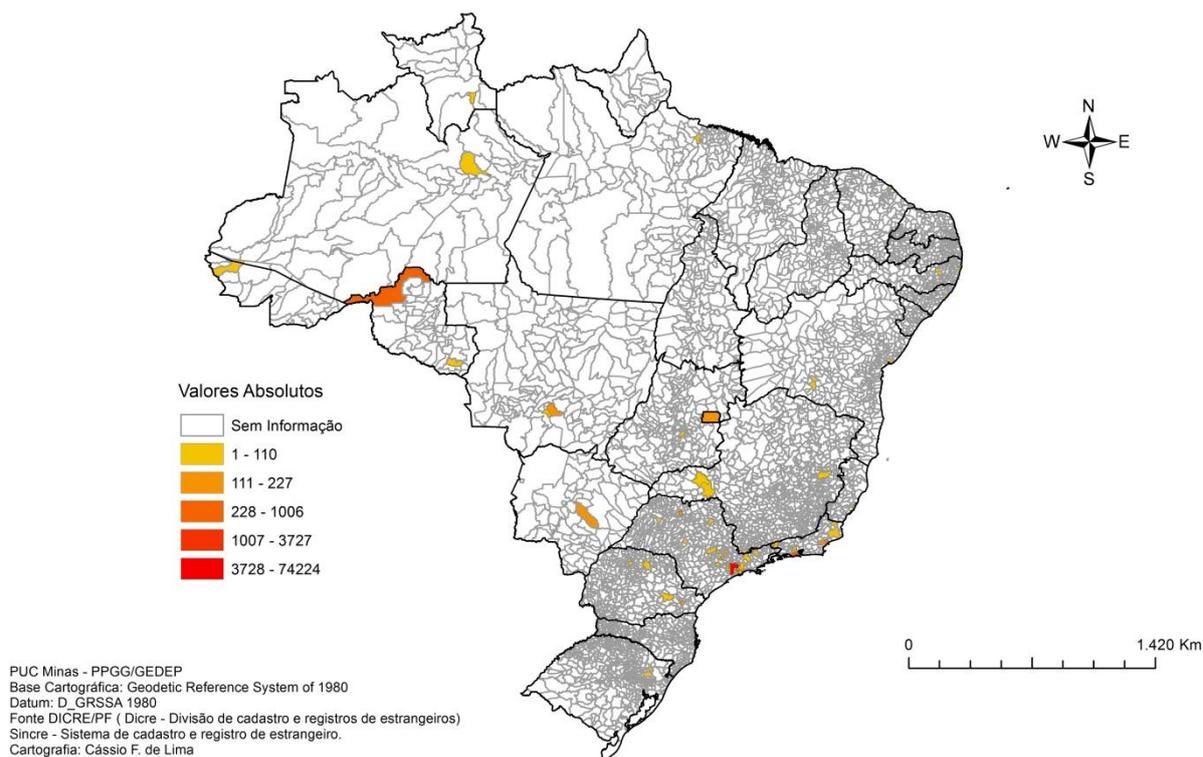
No mapa 1, que diz respeito aos Imigrantes estrangeiros com registro ativo no SINCRE por país de nascimento 2000-2014, podemos observar que os países que mais contribuíram para os imigrantes estrangeiros no Brasil foram: Bolívia, Estados Unidos, Argentina, China e Portugal, com 96223, 65341,45669,37417 e 33284 respectivamente.

O próximo passo é mostrar a distribuição dos imigrantes dos principais países que contribuíram para o contingente populacional no Brasil. Essa organização se deu por município de residência, que nos dá uma dimensão mais exata, inclusive para políticas

públicas voltadas para esses estrangeiros, já que o município é a unidade mínima de observação quando se trata de processos migratórios.

**MAPA 2 – Número de imigrantes nascidos na Bolívia com registro ativo na Polícia Federal por município de residência Brasil 2014**

**Número de imigrantes nascidos na Bolívia com registro ativo na Polícia Federal por município de residência Brasil 2014.**



Ao analisar o mapa 2, que retrata os bolivianos por município de residência em 2014 no Brasil, os que apresentaram os maiores destaques foram: São Paulo, Guarulhos e Rio de Janeiro, com 74224, 3727 e 1006 respectivamente.

Durante o artigo ainda serão mostrados os argentinos, que juntamente com os bolivianos, são áreas fronteiristas com o Brasil, além dos haitianos, senegaleses e ganeses com os seus respectivos fluxos e comparações com relação às distribuições dos mesmos.

## Referências

IBGE. **Malha digital**. Rio de Janeiro, RJ, 2013. Disponível em: <[http://downloads.ibge.gov.br/downloads\\_geociencias.htm](http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm)>. Acesso em: 24 set. 2014.

LEE, E. S. Uma teoria sobre migração. In: MOURA, H. A. (Coord.). **Migrações internas:** textos selecionados. Fortaleza: Editora BNB-ETENE, v. 1, 1980. p. 89-114.

POLÍCIA FEDERAL. **Divisão de Cadastro e Registros de Estrangeiros – DICRE.** Brasília, DF, 2014.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, H. A. (Coord.). **Migrações internas:** textos selecionados. Fortaleza: Editora BNB-ETENE, v. 1, 1980. p. 19-88.

SINGER, P. Considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. A. (Coord.). **Migrações internas:** textos selecionados. Fortaleza: Editora BNB-ETENE, v. 1, 1980. p. 2010-244.

SJAASTAD, L. A. Os custos e os retornos da migração. In: MOURA, H. A. (Coord.). **Migrações internas:** textos selecionados. Fortaleza: Editora BNB-ETENE, v. 1, 1980. p. 116-143.

TODARO, M. Um modelo de migração por trabalho em países subdesenvolvidos. In: MOURA, H. A. (Coord.). **Migrações internas:** textos selecionados. Fortaleza: Editora BNB-ETENE, v. 1, 1980. p. 145-171.

ZELINSKY, W. The hypothesis of mobility transition. **Geographical Review**, EUA, v. 6, n 2, p. 219-249, 1971. Disponível em: <[http://demografi.bps.go.id/phpfiletree/bahan/kumpulan\\_tugas\\_mobilitas\\_pak\\_chotib/Kelompok\\_10/Referensi\\_paper/Zelinsky\\_1971\\_The\\_Hypothesis\\_of\\_The\\_Mobility\\_Transition.pdf](http://demografi.bps.go.id/phpfiletree/bahan/kumpulan_tugas_mobilitas_pak_chotib/Kelompok_10/Referensi_paper/Zelinsky_1971_The_Hypothesis_of_The_Mobility_Transition.pdf)>. Acesso em: 09 abr. 2015.